Art. 9º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência de 36 meses.

MARCELA MEIRA PASSAMANI
Secretária de Estado de Justiça e Cidadania

MAYARA NORONHA DE ALBUQUERQUE ROCHA
Secretária de Estado de Desenvolvimento Social

ANEXO

Este anexo é parte indissociável da Portaria Conjunta nº 10, de 26 de novembro de 2020

PLANO DE TRABALHO

DADOS CADASTRAIS:

ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social -SEDES- DF		C.N.P.J. 00394.734/0001-00	
CIDADE Brasília	UF DF	CEP 70.770-501	DDD-TELEFONE 61-3556-6687
NOME DO RESPONSÁVEL MAYARA NORONHA DE ALBUQUERQUE ROCHA		CPF 024.***.***-93	
ENDEREÇO SEPN 515 Bloco A - Edifício Banco do Brasil	CARGO Secretária de Estado	FUNÇÃO Secretária de Estado de Desenvolvimento Social do DF	MATRÍCULA 0276895-X
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA Diário Oficial do Distrito Federal - Edição Extra Nº 49, de 07 de abril de 2020 - Cargo de Natureza Política Símbolo CNP-03			

DADOS CADASTRAIS:

ÓRGÃO/ENTIDADE Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal - SEJUS - DF		C.N.P.J. 08.685.528/0001-53	
CIDADE Brasília	UF DF	CEP 70.631-900	DDD-TELEFONE 61-3556-6687
NOME DO RESPONSÁVEL MARCELA MEIRA PASSAMANI		CPF 722.***.***-34	
ENDEREÇO ST SAIN ESTAÇÃO SETOR RODOFERROVIÁRIA ÁLA CENTRAL, S/N, Andar Térreo, Asa Norte	CARGO Secretária de Estado	FUNÇÃO Secretária de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal	MATRÍCULA 0245558-7
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA Diário Oficial Nº 25, de 11 de março de 2020- Cargo de Natureza Política Símbolo - CNP-03			

DESCRIÇÃO DO PLANO:

TÍTULO DO PLANO	Período de Execução	
	Início	Término
Implantação de postos de Atendimento do Cadastro Único em unidades Na Hora	12/20	12/23

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Implantação e operacionalização de postos de atendimento do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) vinculados à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDES em unidades de atendimento da Subsecretaria de Modernização de Atendimento Imediato ao Cidadão - Na Hora, vinculadas à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania - SEJUS.

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal de 1988 arrega a Assistência Social como direito social de todos os cidadãos brasileiros. A partir da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS em 1993, este direito passa a ser operacionalizado enquanto Política Nacional de Assistência Social - PNAS, em integração ao tripé da Seguridade Social, conjuntamente às Políticas de Saúde e Previdência Social, articulando-se a outras Políticas do campo social. Ainda conforme a Constituição Federal, o combate às causas da pobreza, aos fatores da marginalização e a promoção da integração social dos setores desfavorecidos, constituem competência comum entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES/DF, por intermédio da Secretaria-Executiva de Desenvolvimento Social e da Subsecretaria de Assistência Social (SUBSAS) - vinculada a esta - compete a coordenação e formulação da Política de Assistência Social do Distrito Federal e a implantação de ações que visem a garantia dos direitos socioassistenciais à população de baixa renda do DF, em consonância com as diretrizes e normas nacionais, e com base nos dados, indicadores e análises produzidos pela vigilância socioassistencial.

Para além das competências sobscritas, também é atribuição desta SEDES/DF a gestão distrital do Cadastro Único e da Política de Transferência de Renda; sendo a última expressa pelos Programas Bolsa Família (PBF), DF Sem Miséria (DFSM) e Bolsa Alfa.

O Cadastro Único, criado em 2001 por meio do Decreto nº 3.877, qualifica-se como um instrumento de caracterização e identificação das famílias de baixa renda, sendo obrigatoriamente utilizado para a seleção de programas sociais destinados a estas. Nesta ferramenta são registradas informações como: características da residência, documentação pessoal, grau de escolaridade, vínculo trabalhista, renda, pertencimentos a grupos populacionais tradicionais e específicos, delimitação de pessoa/família em situação de rua, entre outras. Tais dados permitem que o Estado desvele a realidade das famílias de baixa renda, promovendo e subsidiando a formulação e execução de ações focalizadas no combate à pobreza e redução de desigualdades sociais em todo o País. Assim, a inscrição válida e atualizada no Cadastro Único é pré-requisito à concessão/participação em mais de 30 (trinta) benefícios, serviços e programas nacionais.

A operacionalização do Cadastro Único é de competência descentralizada entre Governo Federal, Estados, Municípios e Distrito Federal. Em nível federal, o Ministério da Cidadania é o gestor responsável, e a Caixa Econômica Federal é o agente operador que resguarda o sistema on line do Cadastro Único. No Distrito Federal, compete à SEDES/DF a gestão e operacionalização do Cadastro Único e demais programas, serviços e benefícios correlatos.

Já os postos Na Hora - Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão, instituídos pelo Decreto nº 22.125, de 11 de maio de 2001, buscam reunir, em um único local, representações de órgãos públicos federais e distritais, de forma articulada, para a prestação de serviços públicos aos cidadãos.

Em metodologia padronizada, cada posto Na Hora congrega postos de atendimento de diversas Políticas, com a finalidade de prestar atendimento de alto padrão de qualidade, eficiência e rapidez, facilitar o acesso do cidadão aos serviços públicos específicos, simplificar as obrigações de natureza burocrática, assim como ampliar os canais de comunicação entre o Estado e o Cidadão.

A implantação de postos de atendimento do Cadastro Único em unidades Na Hora - SEJUS/DF possibilitará a ampliação das formas de acesso à população de baixa renda; o que por sua vez expande a eficácia da função intrínseca à plataforma de incluir e conhecer a complexa rede de fatores que culminam na pobreza e desigualdade social. Ainda, há substancial ganho social em promover a integração dos serviços aviltados pela SEDES/DF por meio do Cadastro Único, às demais Políticas articuladas pela SEDES.

A implantação de tais postos também possibilitará maior amplitude no atendimento das famílias, considerando-se as estruturas e fluxos de trabalho já praticados pelos postos Na Hora. Sobreleva-se ainda que a informatização e modernização dos processos de trabalho resultam de sobremaneira em menor tempo de atendimento e consequentemente em maior quantitativo de famílias atendidas; ao que tal aumento quantitativo não implica em perda de qualidade dos atendimentos executados, considerando-se os mecanismos de monitoramento da execução destes serviços, já vigentes aos postos Na Hora.

OBJETIVO A SER ATINGIDO:

1. Implantação de postos de atendimento do Cadastro Único geridos pela SEDES em unidades de atendimento da Subsecretaria de Modernização de Atendimento Imediato ao Cidadão - Na Hora, vinculadas à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania - SEJUS.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES:

OBJETIVOS	AÇÕES	PRAZO
1. Implantação de postos de atendimento do Cadastro Único geridos pela SEDES em unidades de atendimento da Subsecretaria de Modernização de Atendimento Imediato ao Cidadão - Na Hora, vinculadas à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania - SEJUS.	1.1. Capacitação de servidores - SEDES enquanto entrevistadores de formulários do Cadastro Único em postos Na Hora.	12/2020
	1.2. Remoção de servidores - SEDES aos postos Na Hora.	12/2020
	1.3. Disponibilização de vagas de atendimento à população.	12/2020
	1.4. Monitoramento das ações desenvolvidas conforme parâmetros técnicos de qualidade	12/2023

"Havendo irregularidades neste instrumento deverá ser comunicada a Ouvidoria de Combate à Corrupção por meio do telefone 0800-6449060, conforme Decreto Distrital nº 34.031/2012".

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

DECISÃO Nº 33/2020 - 77ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL - CONPLAN

O Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 889, de 24 de julho de 2014, bem como o Decreto nº 35.771, de 12 de setembro de 2014, a Portaria nº 75, de 14 de outubro de 2014 e Portaria nº 48, de 22 de julho de 2015, que dispõe sobre o Regimento Interno, combinado com o Decreto nº 39.706, de 11 de março de 2019, concomitante ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT/2009, Lei Complementar nº 854/2012, e em cumprimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 40.546, de 20 de março de 2020, em sua 77ª Reunião Extraordinária, via videoconferência, realizada em 26 de novembro de 2020, DECIDE:

Processo nº: 00390-00006769/2020-29

Interessado: SUPLAN/SEDUH

Assunto: Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana - Reurb no Distrito Federal e altera a Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT.

Relatores: Sandra Maria França Marinho - Membro Suplente - CODHAB/DF e Hamilton Lourenço Filho - Membro Suplente - TERRACAP

1. APROVAR, relato e voto, consignados no Processo nº 00390-00006769/2020-29, que trata da aprovação da proposta de regulamentação da Lei Federal nº 13.465/2017 e de alteração do PDOT expressos no Projeto de Lei Complementar em comento, ressalvada a aprovação em relação aos aspectos ambientais, manifestados pelos órgãos ambientais da Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA e Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - IBRAM, bem como as observações abaixo descritas:

- Atribuir ao estudo ambiental a responsabilidade para delimitação das áreas de risco ou não passíveis de ocupação urbana, no projeto de regularização;
- Qualificar o beneficiário não somente pela renda familiar, incluindo outros dispositivos que denotem acumulação de capital e riqueza, como o padrão construtivo das edificações;
- Distinguir a caracterização do beneficiário da caracterização do núcleo urbano informal, destacando que ambos apresentam objetivos distintos;
- Limitar a possibilidade de designação de legitimado compulsório nos casos de Reurb em terras públicas;
- Retificar a redação da aplicação da REURB, pois existe redundância na proposta ora apresentada no que se refere às restrições às ocupações das áreas de oferta habitacional;
- Sempre que possível distinguir o processo de REURB em terras públicas nos distintos elementos da lei, desde o que se refere às compensações relativas ao licenciamento ambiental e à provisão de infraestrutura essencial dos NUL, a fim de resguardar o interesse público e eliminar/minimizar gastos públicos que onerem ainda mais o processo de regularização;
- Incluir a necessidade de regulamentar os procedimentos de licenciamento ambiental atinentes à regularização fundiária urbana;
- Complementar a caracterização dos beneficiários de interesse social, considerando o tempo de residência no Distrito Federal por pelo menos 5 anos;
- Prever casos de sucessão para caracterização da doação para as situações de sucessão por herança e cadeia sucessória;

j) Possibilitar a venda direta para áreas não residenciais em cidades consolidadas;
 k) Destinar exclusivamente os recursos provenientes da alienação ou da concessão de direito real de uso onerosa dos imóveis residenciais de interesse social ao Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social – FUNDHIS;
 l) Ajustar o percentual da CDRU Onerosa que pode ser convertida como amortização na alienação por venda direta após 60 meses.

m) Garantir que nas áreas situadas nas ARIS e ARINE situadas em terras públicas, desde que com Plano de Uso e Ocupação aprovados pela SEAGRI, sejam amparadas por concessão de uso.

2. Dessa forma, por unanimidade dos presentes, registra-se a votação do Colegiado com 28 (vinte e oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhum de abstenção.

GISELLE MOLL MASCARENHAS, Suplente – SEDUH; RUCHELE ESTEVES BIMBATO, Suplente – SEEC; MARÍLIA CARVALHO PEREIRA, Suplente – SERINS; VILMAR ÂNGELO RODRIGUES, Suplente – SEAGRI; MARIA SILVIA ROSSI, Suplente – SEMA; JOSÉ EDUARDO PEREIRA FILHO, Titular – SDE; LUCIANO CARVALHO DE OLIVEIRA, Titular – SO; KATIANA SILVA SANTOS SANTIAGO, Suplente – SEEC; HAMILTON LOURENÇO FILHO, Suplente – TERRACAP; SANDRA MARIA FRANÇA MARINHO, Suplente – CODHAB; RENATA FLORENTINO DE FARIA SANTOS, Suplente – CODEPLAN; VALTERSON DA SILVA, Suplente – DF LEGAL; CLAUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS, Titular – IBRAM; PERSIO MARCO ANTONIO DAVISON, Suplente – RODAS DA PAZ; HELOÍSA MELO MOURA, Titular – IAB/DF; GABRIELA DE SOUZA TENÓRIO, Titular – FAU/UnB; JULIA TEIXEIRA FERNANDES, Titular – CAU/DF; MARA DOS SANTOS MEURER, Titular – CREA/DF; DIONYZIO ANTONIO MARTINS KLAVDIANOS, Suplente – SINDUSCON/DF; CELESTINO FRACON JUNIOR, Titular – ADEMI/DF; OVIDIO MAIA FILHO, Titular – FECOMÉRCIO; LENITA VELTEN MONHOL MULLER, Titular – SRDF; RUTH STÉFANE COSTA LEITE, Suplente – PRECOMOR/DF; JÚNIA MARIA BITTENCOURT ALVES DE LIMA, Suplente – UNICA/DF; GUILHERME DE VASCONCELOS DE MORAIS, Titular – FID/DF; Titular: DORIENE GONÇALVES DA SILVA, Titular – FNE; JAIRO DO NASCIMENTO SARAIVA, Titular – ASSINC/DF/RM; TARCÍZIO DINOÁ MEDEIROS, Titular – IHG/DF.

MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA

Secretário de Estado

Presidente em Exercício

ATA DA 178ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL (CONPLAN)

Às nove horas do dia doze de novembro do ano de dois mil e vinte, em cumprimento ao contido no art. 2º do Decreto nº 40.546 de 20 de março do ano de dois mil e vinte, por videoconferência, foi iniciada a Centésima Septuagésima Oitava Reunião Ordinária do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN, pelo Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Senhor Mateus Leandro de Oliveira, que neste ato substitui o Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, Ibanez Rocha, contando com a presença dos Conselheiros relacionados ao final desta Ata, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Ordem do dia: 1.1. Abertura dos trabalhos; 1.2. Verificação do quórum; 1.3. Informes do Presidente; 1.4. Apreciação e aprovação da Ata da 75ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 29/10/2020. 2. Processos para Deliberação: 2.1. Processo nº: 00390-00007649/2017-43 Interessado: Administração Regional da Candangolândia Assunto: Projeto de Urbanismo URB-MDE-PUR 075/2019 nos termos do disposto no art. 219, inciso VIII, da Lei Complementar nº 803/2009, que aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal. Relator: Vilmar Ângelo Rodrigues – Membro Suplente – SEAGRI. 2.2. Processo nº: 00390-00004911/2020-01 Interessado: SEDUH/COPROJ/DISOLO Assunto: Ampliação de lotes de Equipamentos Públicos no Gama – RA II, já edificados, incorporando áreas públicas para ampliação das atividades inerentes às políticas públicas setoriais. Relator: José Eduardo Pereira Filho – Membro Titular – SDE. 2.3. Processo nº: 00390-00000945/2019-85 Interessado: SEDUH/COPROJ/DIMOB Assunto: Projeto de requalificação viária e de acessibilidade no Setor de Indústrias Gráficas (SIG), da Região Administrativa Sudoeste/Octogonal/SIG (RA XXII), que integra a estratégia de revitalização de conjuntos urbanos do PDOT (arts. 110 a 113). Relator: Ovidio Maia Filho – Membro Titular – Fecomércio/DF. 3. Processos para Distribuição. 3.1. Processo nº: 00390-00006275/2020-44 Interessado: SUDEC/SEDUH Assunto: Projeto de Lei de Revisão da Lei Complementar nº 948, de 16 de janeiro de 2019, a qual aprovou a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal – LUOS/DF. 4. Assuntos gerais. 5. Encerramento. Passou imediatamente ao Item e Subitem 1. Ordem do dia: 1.1. Abertura dos trabalhos: Deu por aberta a sessão, cumprimentando a todos. Quanto ao Subitem 1.2. Verificação do quórum: Verificado como suficiente. Prosseguiu ao Subitem 1.3. Informes do Presidente: O Secretário Mateus Oliveira proferiu os agradecimentos aos Conselheiros pela relatoria dos processos apresentados no decorrer das reuniões do CONPLAN, pelo empenho e compromisso nas análises destes que auxiliaram no desenvolvimento urbano no Distrito Federal. II. Como recomendação aos Conselheiros, solicitou que acompanhem as redes sociais da SEDUH, para atualização dos informativos de publicação de decretos assinados pelo Governador referentes a processos originários do CONPLAN, sejam estes de regularizações fundiárias ou de parcelamentos do solo, que foram relatados pelos Conselheiros na composição anterior. III. Informou ainda sobre os quatro Projetos de Lei em discussão, a saber: do Projeto de Lei Complementar – PLC, de Regularização Fundiária, o PLC do Viva Centro e o Projeto de Lei – PL, que trata da Outorga de Uso, que é a permissão de uso dos becos e das áreas verdes do Lago Sul e do Lago Norte, com suas respectivas minutas publicadas no site da SEDUH, e audiências públicas convocadas, tendo sido realizada no dia 07 de novembro a audiência referente a Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS. IV. Comunicou sobre reuniões extraordinárias do Conselho a serem realizadas nas próximas quatro semanas, em atendimento a demanda dos projetos a serem analisados, possibilitando o encaminhamento dos mesmos até a primeira semana de dezembro. Seguiu ao Subitem 1.4. Apreciação e aprovação da Ata da 75ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 29/10/2020: Não havendo retificações, a respectiva ata foi considerada aprovada. Em ato contínuo, seguiu a apreciação do Item e Subitem 2. Processos para Deliberação: 2.1 Processo nº: 00390-00007649/2017-43 Interessado: Administração Regional da Candangolândia Assunto: Projeto de Urbanismo URB-MDE-PUR 075/2019

nos termos do disposto no art. 219, inciso VIII, da Lei Complementar nº 803/2009, que aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal. Relator: Vilmar Ângelo Rodrigues – Membro Suplente – SEAGRI: A Senhora Anamaria de Aragão Costa Martins, Coordenação de Projetos – COPROJ/SUPLAN/SEDUH, informou que os três projetos a serem apresentados no decorrer da reunião seriam de origem da Coordenação de Projetos da SEDUH, pontuando que a Diretoria está tratando do parcelamento do solo com o objetivo de promover a regularização e, eventualmente, ampliação de vários equipamentos públicos do Distrito Federal. A Senhora Eliane Pereira Victor Ribeiro Monteiro, Diretoria de Parcelamento do Solo – DISOLO/SEDUH, iniciou a apresentação do projeto em epígrafe, que trata da criação de dois lotes de equipamentos públicos, visando regularizar a ocupação existente da Escola de Ensino Médio Júlia Kubitschek. Informou que de acordo com o PDOT, a área de projeto está inserida na Zona Urbana do Conjunto Tombado, em que devem ser respeitadas as Normas de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, e de acordo com a Portaria 166, de 2016, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, a poligonal encontra-se na Macro Área B, não cabendo a obrigatoriamente análise do mesmo, por parte do Instituto. Informou que a ordenação urbanística estava prevista no Plano Diretor da Candangolândia, desde 1998, e no art. 75 do PDL, é considerado como o Projeto Urbanístico Especial 5, que inclui o reparcelamento do lote anteriormente ocupado pela Escola Júlia Kubitschek para a implantação de um Terminal Rodoviário e uma Escola de Segundo Grau, e no inciso II fala da criação do Ginásio de Esportes, sendo este construído na praça central. Com relação ao Terminal Rodoviário, comunicou que após consulta da Secretaria de Estado de Mobilidade Urbana, esta manifestou que não existe a necessidade de implantação do mesmo. Em relação ao ZEE, a área encontra-se na Zona Ecológica Econômica de Dinamização Produtiva com equidade Subzona 3, destinada a promoção da integridade ecológica do Lago Paranoá e dos seus córregos com a garantia de qualidade, e quantidade das águas do Lago Paranoá para usos múltiplos, por meio do controle da impermeabilização do solo e da proteção de nascentes, mediante o aporte de infraestrutura e saneamento ambiental. Complementou dispondo que a área de projeto não incide sobre nenhuma Área de Preservação Permanente, quanto ao licenciamento ambiental, relatou que após análise do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – BRASÍLIA AMBIENTAL – IBRAM, este informou que não foi identificada a necessidade de execução de obras para a implantação, em razão da infraestrutura pré-existente no local, resultando na dispensa de licenciamento ambiental para os projetos. Conforme as diretrizes emitidas pela COPRESB, foram criados dois lotes, a Área Especial 1 destinado à Escola, para regularizar a ocupação existente; e a Área Especial 2, a ser ocupado pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU. A área da praça encontra-se urbanizada e fica mantida como área pública. Por fim, colocou a Equipe Técnica à disposição para esclarecimentos. O Conselheiro Vilmar Ângelo Rodrigues, Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – SEAGRI, seguiu para apresentação do voto, reiterando as informações apresentadas com relação as consultas às concessionárias públicas para verificação de interferências, não tendo sido identificados impeditivos para implantação do projeto. Ante o exposto, com base as análises que foram realizadas com relação ao projeto de parcelamento do solo substanciado na URB-MDE 075, de 2019, explicitou que o mesmo atende aos parâmetros urbanísticos ambientais e fundiários estabelecidos no PDOT, e demais legislações, de modo a encaminhar seu voto pela aprovação do projeto em epígrafe. O Secretário Mateus Oliveira franqueou a palavra para manifestações. A Conselheira Maria Silvia Rossi, Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA, fez considerações com relação a atribuição nos projetos apresentados, em que é afirmado que por tratar-se de área consolidada não há impacto ambiental adicional, pontuando que em razão de a cidade ser um organismo vivo, que evolui constantemente, afirma que o CONPLAN deve observar a evolução dos ambientes em prol da sustentabilidade, mantendo discussões que apontem o futuro sustentável em cada grande trecho da cidade. O Conselheiro Pêrsio Marco Antônio Davison, Associação Civil Rodas da Paz, corroborando com as colocações feitas anteriormente, acentuou a possibilidade de implementação de projeto referência para estruturar uma cidade que atenda a qualidade de vida que vá além da visão de regularização, com soluções destinadas ao conjunto ambiental urbano, como a recuperação arbórea da cidade e conexões com a mobilidade ativa existente. O Secretário Mateus Oliveira corroborou com as colocações, afirmando que o objetivo é manter nas regularizações uma perspectiva mais ampla, propiciando o desenvolvimento de projetos que atendam a demanda de uma reestruturação da qualidade urbana da cidade. Não havendo manifestações adicionais, iniciou a deliberação do Processo nº 00390-00007649/2017-43, Administração Regional da Candangolândia, Projeto de Urbanismo, URB/MDE/PUR 075/2019, nos termos do PDOT, na forma do relato e voto apresentado pelo Conselheiro Vilmar Ângelo Rodrigues, membro suplente Conselheiro da SEAGRI. A Senhora Eliete Góes, Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados – ASCOL/SEDUH, fez o registro de 14 votos favoráveis dos membros representantes da Sociedade Civil, 12 votos favoráveis dos membros representantes do Poder Público, nenhum voto contrário e nenhum de abstenção, totalizando 26 votos favoráveis. O Secretário de Estado proclamou o resultado, sendo aprovado o Processo 00390-00007649/2017-43 da Administração Regional de Candangolândia, na forma do relato e voto do Conselheiro Vilmar Ângelo Rodrigues. Prosseguiu ao Subitem 2.2. Processo nº: 00390-00004911/2020-01 Interessado: SEDUH/COPROJ/DISOLO Assunto: Ampliação de lotes de Equipamentos Públicos no Gama – RA II, já edificados, incorporando áreas públicas para ampliação das atividades inerentes às políticas públicas setoriais. Relator: José Eduardo Pereira Filho – Membro Titular – SDE: A Conselheira Erica Lima de Paiva Muglia, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – SDE, relatoraad hoc informou que o processo trata de ampliação de cinco equipamentos públicos localizados na Região Administrativa do Gama, tendo sido realizada a manifestação da população por meio de Audiência Pública, cumprindo o regramento em relação à oitiva do CONPLAN. A Senhora Anamaria de Aragão Costa Martins ressaltou a importância dos instrumentos macro de planejamento do Distrito Federal, em especial o Plano Diretor de Ordenamento Territorial, que apontam as principais áreas de intervenção que residem na escala do território. Mencionando o conjunto de intervenções que estão sendo feitas pela Coordenação de Projetos, contextualizando que, em sua maioria, não tratam-se de demandas pontuais, são demandas já identificadas pelos instrumentos de planejamento em suas diferentes escalas, e que postulava-se uma ação do Poder Público. A Senhora Eliane Pereira Victor Ribeiro